

Fontes do conhecimento: racionalismo, empirismo e apriorismo.

Marcos Delson da Silveira¹

Mônica dos Anjos Ribeiro Andrade²

RESUMO

Fundamentado no método bibliográfico, este artigo tem como objetivo discorrer sobre os principais pontos relacionados às três correntes epistemológicas que versam sobre a fonte do conhecimento. Sustenta, como primeira hipótese, que o Apriorismo contribuiu para resolver o impasse entre os empíricos e os racionalistas e, na segunda hipótese, argumenta que a teoria do conhecimento é um campo aberto à ciência hodierna e possibilita tecer uma reflexão onde se busca coadunar o Apriorismo com alguns dados retirados da Neurociência e das Ciências Cognitivas. Na conclusão, aponta os resultados que foram alcançados, sustentando as hipóteses norteadoras deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Fonte do conhecimento; Racionalistas; Empíricos; Apriorismo; Neurociência.

¹ Licenciado em Filosofia. Mestre em História. Pós-graduado em Docência Universitária; Filosofia do Direito; Filosofia Clínica e Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Email: cienciashumanasinfoco@gmail.com.

² Graduada em Letras – Português/Inglês e respectivas literaturas. Pós-graduada em Docência do Ensino de Línguas e Literaturas. Email: monicaanjinho@hotmail.com

Sources of knowledge: rationalism, empiricism and apriorism.

ABSTRACT

Based on the bibliographic method, this article aims to discuss the main points related to the three epistemological currents that deal with the source of knowledge. It maintains as a first hypothesis that Apriorism contributed to resolve the impasse between empirical and rationalists and, in the second hypothesis, it argues that the theory of knowledge is an open field to today's science, and makes it possible to weave a reflection in which Apriorism seeks to align with some data taken from Neuroscience and Cognitive Sciences. In conclusion, it points out the results that were achieved supporting the guiding hypotheses of this work.

KEYWORDS

Source of knowledge; Rationalists; empirical; Apriorism; Neuroscience.

Introdução

Busca-se, neste artigo, percorrer o caminho de alguns pensadores que se debruçaram sobre as fontes do conhecimento e construíram as correntes conhecidas como Racionalismo, Empirismo e Apriorismo. Sendo assim, as demais correntes epistemológicas que versam sobre a essência, o alcance ou o valor do conhecimento, como o Dogmatismo, o Ceticismo, o Pragmatismo e outras, não serão abordadas no corpo do texto.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo do artigo, fundamentado em um método bibliográfico, foram realizadas leituras de artigos e livros de autores que se dedicaram a discorrer sobre o assunto mencionado e buscou-se sustentar a hipótese de que o Apriorismo é a contribuição kantiana para resolver o impasse entre o Empirismo e o Racionalismo, construindo, como segunda hipótese, uma interface entre a teoria do conhecimento kantiana com alguns dados retirados da Neurociência que possibilitam, em partes, reafirmar o exposto apriorístico do sujeito *a priori* e demonstrar a relação que pode ser estabelecida entre a teoria do conhecimento e a ciência do cérebro hodierna.

Sabe-se que essa abordagem, que este trabalho se predispôs a discorrer sobre, é intrínseca à teoria do conhecimento. Segundo Hessen (2003, p. 19), na Antiguidade e na Idade Média, existem reflexões de cunho epistemológico, porém, é na Modernidade que a teoria do conhecimento se consolida como disciplina independente. Esse dado mencionado conduziu essa reflexão a centrar-se, principalmente, nos pensadores da modernidade - exceto o contemporâneo Immanuel Kant - sem ausentar-se das reflexões de Platão e de Santo Agostinho que ajudaram a tecer uma ponte, como estratégia de conexão, entre a Antiguidade e a Modernidade.

Este trabalho torna-se relevante e justificável no próprio conteúdo de sua abordagem - o conhecimento -, pois, segundo Locke (1999, p. 29):

Desde que o *entendimento* situa o homem acima dos outros seres sensíveis, e dá-lhe toda vantagem e domínio que tem sobre eles, consiste certamente num tópico, ainda que, por sua nobreza, merecedor de nosso trabalho de investigá-lo [...] todo o conhecimento que possamos adquirir de nosso entendimento, não será apenas muito agradável, mas nos trará grande vantagem ao orientar nossos pensamentos na busca de outras coisas.

Sendo assim, no que se refere ao Racionalismo, serão enfatizados os pensadores Platão (428/427-348/347 a.C), Santo Agostinho (354-430) e René Descartes (1596-1650); no Empirismo, de forma sucinta, os filósofos John Locke (1632-1704), Francis Bacon (1561-1626)

e David Hume (1711-1776); no Apriorismo, o pensador alemão Immanuel Kant (1724-1804) e, com o auxílio dos trabalhos de João de Fernandes Teixeira, este escrito discorrerá um ponto de vista sobre o Apriorismo, relacionando-o a alguns dados da Neurociência e das Ciências Cognitivas. Espera-se que este trabalho sirva como subsídio para futuras pesquisas e ponto de reflexão para possíveis críticas e contribuições.

1. Faculdades cognitivas

O conhecimento é uma característica intrínseca à condição existencial do ser humano: o simples e indispensável contato cotidiano com o mundo circundante origina conhecimentos. Não obstante, além do ser humano, outros animais possuem graus de conhecimentos que, evidentemente, são considerados inferiores ao peculiar e exclusivo conhecimento intelectual típico da racionalidade humana.

Para tornar mais claro o que foi exposto no parágrafo anterior, necessário se faz compreender que existem duas faculdades cognitivas: uma sensorial e outra intelectual. Por intermédio da primeira, o ser humano e alguns outros animais se apropriam do uso dos sentidos internos e externos. Por sentidos internos entende-se a sensação, a percepção, a estimativa, a memória e a imaginação. Por sentidos externos entende-se a visão, a audição, o olfato, o paladar e o tato. A segunda faculdade cognitiva, intelectual, exclusiva do gênero humano, fornece ideias, conceitos gerais, juízos, possibilitando raciocínios e, por meio destes, o conhecimento de certos aspectos da realidade que transcendem o conhecimento puramente empírico, o dado imediato. Embora superem a experiência, são conhecimentos que não seriam possíveis sem os dados primários típicos da experiência (SILVEIRA, 2013, p. 10-11).

Assim, sem a faculdade cognitiva sensorial não haveria conhecimento, isto é imperativo, pois é por intermédio dos sentidos que se abstraem as primeiras impressões do ambiente e, portanto, a obtenção dos primeiros dados resultará, em virtude de uma série de processos orgânicos, nos primeiros conhecimentos. Nessa vertente, pensadores empiristas, como John Locke, Francis Bacon e David Hume, sustentaram que o conhecimento humano advém da experiência, sendo que na correlação entre o sujeito e o objeto, prevalece o objeto.

Como antítese dessa percepção empírica, na correlação entre o sujeito e o objeto, os racionalistas priorizaram o sujeito. Essa reflexão epistemológica centraliza no ato de conhecer a faculdade cognitiva intelectual. Enquanto os empíricos enxergam como fonte do conhecimento a experiência, sendo a mente humana, ao nascer, uma folha em branco, os racionalistas, como Platão e Descartes, teorizaram na mente humana “um certo número de

conceitos inatos, conceitos que são, na verdade, os mais importantes, fundadores do conhecimento” (HESSEN, 2003, p. 52). Geralmente, os racionalistas absorvem percepções dualistas em suas reflexões, dando ao mental uma condição metafísica e, mesmo, teológica.

Destarte, Immanuel Kant, herdeiro do impasse entre o Empirismo (Tese) e o Racionalismo (Antítese), propôs uma abordagem epistemológica denominada de Apriorismo (Síntese). Nessa abordagem apriorística, o filósofo alemão buscou sintetizar as duas percepções gnosiológicas anteriores ao afirmar, segundo o tempo, o princípio do conhecimento na experiência, sem ausentar a participação, preponderante, do sujeito antes da experiência no ato de conhecer. Essas três abordagens, típicas da teoria do conhecimento, são objetos dos tópicos seguintes.

2. Racionalismo

Nas palavras de Hessen (2003; p.48), o Racionalismo “é o ponto de vista epistemológico que enxerga no pensamento, na razão a principal fonte do conhecimento”. Perceba que a razão não é a fonte “exclusiva” do conhecimento, mas a “principal” fonte, o que evidencia a existência de outra indubitável fonte de conhecimentos: a experiência. Entre os pensadores racionalistas, por questão de espaço, será dada prioridade, neste escrito, a Platão e a René Descartes. São dois pensadores em momentos distintos da história, um na Antiguidade e outro na Modernidade, que convergem, embora com teorias diferentes, no princípio de que na razão está a fonte do conhecimento e a existência de ideias inatas.

É creditado, por razões históricas, à Grécia o berço da Filosofia (REALE; ANTISERI, 1990, p. 11-26). O Racionalismo emerge nesse engatinhar, nos pré-socráticos: Parmênides, por exemplo, sustenta que “o pensamento é pensamento do ser e o ser é objeto de pensamento [...] a única via para a certeza e a verdade é a via da razão” (SELVAGGI, 1988, p. 39). Para o pensador, na razão está a principal possibilidade de se alcançar a verdade.

Por sua vez, no decorrer linear da História da Filosofia, Platão obscureceu os sentidos ao inviabilizá-los como precursores do conhecimento:

E agora, no que diz respeito à aquisição do conhecimento, o corpo, dize-me, é ou não um entrave, se nas nossas indagações pedirmos o seu concurso? Penso, por exemplo, nisto: os olhos e os ouvidos fornecem alguma verdade ao homem ou, então, como mesmo os poetas nos repetem continuamente, nós não ouvimos nada, não vemos nada exatamente? Portanto, se entre os sentidos do corpo, os olhos e os ouvidos são inexatos e incertos, não se poderia esperar coisa melhor dos outros, todos inferiores, penso àqueles (PLATÃO, 2011, p. 28).

Para defender o seu ponto de vista racionalista em sua filosofia, Platão sustentou um pressuposto dualista. Essa percepção dicotômica está enraizada na “Alegoria da caverna,” presente no Livro VII da obra *A República* (2000), onde se encontra um mundo dentro da caverna (mundo sensível) e um mundo fora da caverna (mundo inteligível). Partindo desse dualismo cosmológico, pode-se perceber no *corpus* platônico um dualismo antropológico (o homem é corpo e alma) e um dualismo epistemológico (conhecimento sensível e conhecimento inteligível).

Entender essa teorização dualista não é fácil. Quando Platão alude ao mundo suprassensível ou mundo das ideias (fora da caverna), inevitavelmente está priorizando essa realidade como superior para a obtenção do conhecimento, pois essas ideias “são os arquétipos das coisas da experiência. Essas coisas obtêm seu ser-assim [...] por participação nas ideias [...]. O mundo das ideias está em relação também com a consciência cognoscente”, de forma que o conhecimento tem suas raízes metafísicas no mundo das ideias (HESSEN, 2003, p. 50). Perceba que Platão não descarta o papel da experiência na obtenção do conhecimento. Não obstante, o conhecimento de experiência fundamenta-se na aparência (Doxa – opinião) e não na essência (Episteme – conhecimento da verdade, em oposição à doxa). Esse segundo é fruto da reminiscência.

É desse posto teórico que Platão sustentou a percepção das ideias inatas. Segundo esse autor clássico, no livro *Fédon* (2011, p. 39-40), “o nosso saber não é precisamente outra coisa senão reminiscência, e assim [...] torna-se sem dúvida necessário que, em tempos anteriores, tenhamos aprendido aquilo de que presentemente nos recordamos.” A reminiscência é uma espécie de recordação. Sendo o homem composto de corpo e alma, ao morrer a sua alma sobrevive e ascende a uma esfera superior. No Mito de Er, presente na *República* (2000, p. 313-9), esse filósofo de Atenas refere-se ao pastor que morreu e, posteriormente, se reencarnou. Entre a morte e a reencarnação, o pastor Er contemplou as essências, as coisas em si, as Ideias (Eidos-formas) e, após reencarnado, por meio da dialética e da experiência sensível, ele rememorou as ideias. Assim, tendo por pressuposto a reencarnação, “as verdades não são descobertas pela experiência realmente, mas estão em nosso espírito como uma lembrança um pouco apagada [...] as verdades seriam, pois, anteriores à nossa experiência terrestre” (HUISMAN; VERGEZ, 1978, p. 258). O conhecimento é recordação das verdades impressas na alma (PLATÃO, 2011, p. 158), *anamnese*, sendo assim, são ideias inatas.

Entre Platão e Descartes existem outros pensadores racionalistas. Far-se-á uma breve ponte de ligação entre a Antiguidade e a Modernidade com um filósofo do Medievo: *Aurelius*

Agostinus (354-430). O Racionalismo de Aurélio Agostinho é chamado de teológico, o que o difere do racionalismo transcendente de Platão. Em virtude de sua história de vida, que não é objeto deste trabalho, o bispo católico, contra os Acadêmicos (céticos) sustentou a tese de que se duvido, existo. A verdade da existência do ser não poderia ser abalada nem mesmo pelas suposições dos céticos. Dessa verdade primeira, Agostinho, alicerçado em Plotino, interpelou-se sobre os conceitos de perfeição e imutabilidade, utilizados pela alma para julgar o mundo imperfeito e mutável. Para o filósofo cristão, o conceito de perfeição e imutabilidade não têm sua fonte na alma mutável humana, mas no Logos Divino. Nesse aspecto, é tangível a influência de Platão (MONDIM, 1981, p. 139).

Contudo, antes de platônico, Agostinho é cristão e, nessa condição de fé, torna-se insustentável a *anamnese*, fruto da Reminiscência. Sem a hipótese da reencarnação, como é possível ao homem, ser mutável, chegar ao conhecimento da verdade eterna? Para Platão, a alma recordava o que já havia contemplado no mundo suprassensível; em Agostinho, Deus ilumina a mente humana possibilitando ao homem chegar ao conhecimento de certas verdades (MONDIM, 1981, p. 139).

Não era essa luz vulgar e evidente a todos os olhos da carne, ou uma luz mais forte do mesmo gênero. Era como se brilhasse muito mais clara e tudo abrangesse com sua grandeza. Não era uma luz como esta, mas totalmente diferente das luzes desta terra [...]. Quem conhece a verdade conhece esta luz, e quem a conhece, conhece a eternidade (AGOSTINHO, 1997, p. 190).

Neste entendimento, a verdade tem sua morada na razão humana iluminada por Deus. “Da mesma forma que Deus [...] com a criação transmite o ser as outras coisas, assim, analogamente, [...] enquanto é Verdade, produzindo uma metafísica marcada pela própria Verdade nas mentes [...]” (REALI; ANTISERI 1990; p. 441-444). Neste sentido, o homem conhece a verdade por participação na “Verdade”.

Nessa construção linear e selecionada da corrente racionalista, na Modernidade, o filósofo francês René Descartes, partindo da dúvida metódica³, colocou em suspenso os conhecimentos adquiridos tendo-os como duvidosos e incertos.

Uma vez que os nossos sentidos às vezes nos iludem, quis supor que não havia nenhuma coisa que fosse tal como eles nos fazem imaginá-la; e uma vez que há homens que se enganam ao raciocinar, mesmo no que diz respeito às mais simples matérias da geometria, e cometem paralogismos, julgando estar eu tanto quanto aos outros sujeitos ao erro [...] considerando que todos os pensamentos que temos

³ Diferente da dúvida cética, a dúvida metódica utiliza-se da dúvida como método para alcançar a verdade.

quando despertados nos podem vir também quando dormimos, sem que nenhum deles sejam então verdadeiros, resolvi fingir que todas as coisas que jamais me entraram no espírito não fossem mais verdadeiras que as ilusões dos meus sonhos (DESCARTES, 2008, p. 35).

Afirma Descartes (2008, p. 35) que, ao duvidar de tudo, notou “imediatamente [...] que, enquanto queria pensar que tudo fosse falso, era preciso necessariamente que eu que o pensava fosse alguma coisa; e notando que essa verdade, *penso, logo sou*, era tão firme e tão segura” que nem os céticos poderiam abalá-la. Descobriu Descartes que para duvidar, necessariamente, precisava do “eu” que duvida, sendo o “ser pensante” a primeira verdade de sua filosofia.

É do imperativo “Penso, logo sou” que emerge o dualismo cartesiano. *Cartesius* deduziu que esse “eu” tem em sua essência o pensar e é independente de qualquer coisa material, sendo, por consequência, uma alma distinta do corpo e “mais fácil de conhecer do que ele e, ainda que ele não fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é” (DESCARTES, 2008, p. 36). O dualismo cartesiano comporta essa composição dicotômica entre *res extensa* (corpo) e *res cogitans* (alma). Essa alma é prioritária em detrimento do corpo e, assim sendo, está na alma certo patrimônio de conceitos chamados de inatos, como a ideia de perfeição e de infinitude (DESCARTES, 2008, p. 40). Por que esses conceitos são inatos? Se todo o conhecimento parte da experiência, como almejam os empíricos, de onde vieram os conceitos de perfeição e infinitude, se não existe nada perfeito ou infinito na experiência? Conclui Descartes que são inatos, isto é, já se nasce com eles. Por isso, “não devemos jamais deixar-nos persuadir senão pela evidência de nossa razão” (DESCARTES, 2008, p. 40). Com René Descartes alcançou-se o objetivo deste primeiro tópico. No próximo tópico, de forma propedêutica, serão expostos os três expoentes do Empirismo na modernidade: Francis Bacon, John Locke e David Hume.

3. Empirismo

Segundo o alemão Hessen (2003, p. 54-5), o empirismo é o ponto de vista epistemológico que enxerga na experiência a principal fonte do conhecimento. Para os defensores dessa corrente de pensamento, não existem ideias inatas, como almejaram os racionalistas. A mente humana, tábula rasa ao nascer, é onde a experiência será escrita. O conhecimento humano, por mais geral e abstrato que seja, provém da experiência (HESSEN, 2003, p. 54). Corroborando Hobbes (2009, p. 21), “efetivamente não existe nenhuma concepção no intelecto humano que não tenha sido recebida, totalmente ou em partes, pelos órgãos dos sentidos.” O empirismo está na antítese do racionalismo.

Na história da filosofia, o empirismo apresenta-se desde a antiguidade com os Sofistas e os Estoicos, mas a sistematização da corrente empírica aconteceu na Modernidade. Com a teoria dos ídolos, no *Novum Organum* (2017, p. 14-6), Francis Bacon buscou demonstrar os “ídolos”, isto é, aquilo que é um entrave ao conhecimento da verdade: as falácias, os erros e os enganos. O nome *Novo Órganon* faz referência ao tratado de lógica de Aristóteles, que em conjunto, foi chamado de *Órganon*, que significa instrumento. Por isso, Bacon se dispôs a oferecer um “novo instrumento” à ciência para a obtenção da verdade.

Para Bacon (2017, p. 14-6), são quatro os ídolos: ídolo da tribo, ídolo do foro, ídolo da caverna e o ídolo do teatro. *Grosso modo*, o ídolo da tribo refere-se aos sentidos que, sozinhos, são insuficientes para se chegar à verdade das coisas, portanto, esse “ídolo” faz analogia com a natureza humana; os ídolos da caverna referem-se ao indivíduo que, em virtude de seu patrimônio cultural, poderá tomar verdades como mentiras; os ídolos do foro referem-se à linguagem que, mal utilizada, poderá conduzir à reflexão, a devaneios e distanciar a ciência de seu objeto; e, por último, os ídolos do teatro são as fórmulas teatrais que chegam à compreensão humana como verdade ao longo da história, mas são falsas compreensões do mundo e do Universo, são fantasias construídas como uma peça de teatro.

Assim, após discorrer sobre os “ídolos”, Bacon inicia uma análise relacionada ao método indutivo: da experiência às fórmulas gerais, às leis e às causas. Na Análise do filósofo, partindo da “experiência escriturada” e por meio da observação, colhem-se dados, submetendo-os a sucessivos experimentos. Desse processo primário, chega-se às “tábulas de investigação”, utilizadas para colher o material de pesquisa. São três tábulas: da presença ou afirmação, da ausência ou negação e, por fim, das graduações ou comparações (BACON, 2017; p. 07-8). Por meio do processo das “tábulas de investigação” é possível elaborar conjecturas a respeito do fenômeno que está sendo observado. “A indução deverá proceder pondo à prova a hipótese formada em sucessivos experimentos, que Bacon chama de *instâncias prerrogativas*”. Ele enumera 27 *instâncias prerrogativas*, mas “a decisiva é a *instância crucial* porque permite reconhecer a causa verdadeira do fenômeno” (MONDIN, 1981, p. 56).

Bacon procede na tentativa de formular o método indutivo e de buscar a finalidade da ciência que, não mais contemplativa, é prática: a transformação da natureza em prol ao bem da humanidade. Quando Bacon se interpelou sobre o objeto das ciências, situou-as nos moldes aristotélicos, ou seja, no estudo das essências ou formas. Sendo, portanto, a formulação do método indutivo a sua grande contribuição à percepção empírica.

Outro empirista de destaque na modernidade é John Locke. No livro *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (1999, p. 29-43), o filósofo afirmou a inexistência de qualquer ideia

inata, sustentando que a forma pela qual o homem conhece (sentidos) demonstra a veracidade da afirmação de que todo conhecimento parte da experiência. São os sentidos que captam ideias particulares, depositando-as na memória e designando-as com nomes específicos.

O assentimento universal e imediato baseado na audição e entendimento dos termos consiste [...] num sinal de algo evidente por si mesmo; mas evidente por si mesmo, não depende de impressões inatas de alguma outra coisa, pertencente a várias proposições (LOCKE, 1999, p. 43).

Sendo inexistentes as ideias inatas, ao nascer o homem é uma folha em branco. É por meio da experiência que o homem vai, aos poucos, adquirindo conhecimentos. Esses conhecimentos empíricos têm duas fontes: os objetos e as reflexões internas. O primeiro contato com os objetos possibilita as sensações que, logo em seguida, suprem o entendimento com ideias que lhe são próprias. As ideias não estão na experiência externa, sendo fruto do sentido interno (reflexão). Segundo Locke (1999; p. 58): “os objetos externos suprem a mente com as ideias das qualidades sensíveis [...] e a mente supre o entendimento com ideias através de suas próprias operações”. E continua:

Se alguém examinar seus próprios pensamentos, dir-me-á, então, se todas as ideias originais que lá estão são algo mais do que os objetos de seus sentidos, ou das operações de sua mente encarada com objeto da sua reflexão; e, por mais ampla que seja a massa de conhecimento lá localizada, por mais que ele imagine, verá, assumindo um ponto de vista estrito, que não tem ideia alguma em sua mente, a não ser o que foi por uma dessas duas impressões (LOCKE, 1999, p. 58).

Assim sendo, no empirismo de Locke, o homem tem ideias quando começa a perceber o mundo circundante. Tendo este tópico como objeto a fonte do conhecimento, não é necessário descrever o caminho ulterior do mesmo, como apresenta Locke nas observações sobre ideias simples (amarelo, duro...) e complexa (associação das ideias simples), substância, Deus etc., sendo satisfatório o que tratado sobre o pensamento empírico desse filósofo.

No contexto em tela, destaca-se um terceiro pensador da modernidade: David Hume. No Livro *Investigação sobre o entendimento humano*, o escocês argumentou sobre a diferença entre ideias e impressões, pois uma coisa é sentir e outra é imaginar o que se sentiu, e afirmou que “todas as nossas ideias ou percepções mais fracas são cópias de nossas impressões, ou percepções mais vivas” (HUME, 1980, p. 140-1). A ideia de Deus, por mais sublime e infinita que seja para os racionalistas, é cópia de sensações anteriores que são sublimadas. Compreende-se essa ideia, Deus, partindo dos conceitos existentes no intelecto e oriundos da experiência. Isto é fato, pensa Hume (1980, p. 140), considerando que a mente humana não alcança a

infinitude do pensamento, pois o pensamento resume-se à faculdade “de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência.” Se uma pessoa quiser provar o contrário, deve apresentar uma ideia que não é fruto da experiência. Fato é que, diz Hume (*idem*), um cego não tem noções de cores, assim com um surdo não tem noção do som, faltam-lhes os sentidos correspondentes.

Portanto, o número extenso de ideias resulta da conexão entre as ideias, de princípios que ligam as ideias, conectando-as. Existem três princípios de conexão das ideias: semelhança, contiguidade de tempo ou lugar e causa e efeito.

Uma pintura conduz naturalmente os nossos pensamentos para o original⁴; a menção de um aposento numa casa desperta uma pergunta [...] a respeito dos outros⁵; e, se pensarmos num ferimento, dificilmente podemos furtar-nos à ideia da dor que o acompanha⁶ (HUME, 1980, p. 143).

Não obstante, no campo da matemática, reconheceu Hume (*apud* HESSEN, 2003, p. 57) um conhecimento válido de modo universal. O conhecimento matemático não é inato, provém da experiência, mas existem relações que excedem a pura experiência:

que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos dois lados é uma proposição que expressa uma relação entre essas figuras. Que três vezes cinco é igual a metade de trinta expressa uma relação entre esses números. As proposições dessa espécie podem ser descobertas pela simples operação do pensamento, sem dependerem do que possa existir em qualquer parte do universo. Ainda que jamais existisse um círculo ou triângulo na natureza, as verdades demonstradas por Euclides conservariam para sempre a sua certeza e evidência (HUME, 1980, p. 143).

Por fim, em síntese, para os empiristas, não existem ideias inatas ou conceitos abstratos; o conhecimento humano se reduz as impressões sensíveis e as ideias são cópias enfraquecidas das impressões; as relações entre as ideias são puras associações; os princípios racionais, como causalidade, são associações de ideias que se tornam habituais; toda metafísica é inviável e o conhecimento tem sua gênese nos fenômenos.

Apresentadas as bases de reflexão Racionalista e Empírica, o próximo tópico, Apriorismo, demonstrará a percepção kantiana, que é uma síntese das duas percepções anteriores. E, como dado reflexivo que torna esse trabalho diferente de outros, de forma propedêutica, com o auxílio de alguns dados primários da Neurociência e da Ciência cognitiva,

⁴Relação de Semelhança.

⁵Relação de Contiguidade.

⁶Relação de Causa e efeito.

será proposta uma interface entre o Apriorismo e esses dois ramos contemporâneos da Filosofia da Mente.

4. Apriorismo

No livro *Crítica da Razão Pura* (2000, p. 53), Kant afirmou que, segundo o tempo, todo conhecimento humano inicia-se na experiência (visão empírica), mas “nem por isso todo ele se origina da experiência.” O conhecimento de experiência é a soma das impressões com aquilo que o sujeito *a priori* fornece de si mesmo. Assim, embora a experiência forneça a matéria do conhecimento, é necessária a ação do sujeito para dar forma ao objeto. Essa ação do sujeito está ligada às duas faculdades da intuição: a sensibilidade e o entendimento. Com o uso da faculdade da sensibilidade, o sujeito que conhece apreende o objeto e, por meio da faculdade do entendimento, o sujeito pensa o objeto apreendido. Por isso, afirma Kant que todo o conhecimento humano inicia-se na intuição (KANT, 2000, p. 71).

Seja de que modo e com que meio um conhecimento possa referir-se a objetos, o modo como ele se refere imediatamente aos mesmos e ao qual todo pensamento como meio tende, é a *intuição*. Esta, contudo, só ocorre na medida em que o objeto nos for dado; a nós homens, pelo menos, isto só é por sua vez possível pelo fato do objeto afetar a mente de certa maneira. A capacidade de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se *sensibilidade*. Portanto, pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições; pelo entendimento, em vez, os objetos são pensados e dele se originam os conceitos. Todo pensamento, contudo, quer diretamente, quer por rodeios, através de certas características, finalmente tem de referir-se a intuições, por conseguinte em nós à sensibilidade, pois de outro modo nenhum objeto pode ser-nos dado.

Assim, em Kant, o ponto de partida do conhecimento é a experiência que tem como resultado a intuição empírica, também chamada de fenômeno. Para organizar o fruto da experiência, que é desprovida de ordem, são necessárias as formas da intuição e do entendimento: o espaço e o tempo. Corrobora Hessen (2003, p. 63) que “a consciência cognoscente introduz ordem no tumulto das sensações na medida em que as ordena espacial e temporalmente na simultaneidade ou na sucessão.” A experiência, os objetos do conhecimento, são percebidos dentro de um espaço e de um tempo, e as categorias – espaço, tempo, lugar e outras - são utilizadas pelo entendimento para organizar os dados captados. A experiência por si só é cega, não gera conhecimentos. É a ação do sujeito *a priori* que gera sentidos à experiência, organizando-a no espaço e no tempo segundo as categorias. “Nossos

conhecimentos surgem de duas fontes principais, cuja primeira é a de receber as representações [...] e a segunda a faculdade de conhecer um objeto por estas representações” (KANT, 2000, p. 91). É por isso que, na filosofia gnosiológica kantiana, o homem não apreende “a coisa em si”, ele apreende o fenômeno, isto é, a coisa como se apresenta. Com essa percepção, o pensador alemão rompe com a Metafísica ao afirmar que o indivíduo não conhece “a realidade em si,” mas somente o que se apresenta.

A reflexão kantiana, no que diz respeito a fonte do conhecimento, pode ser trabalhada em união com alguns dados retirados das observações dos neurocientistas. Segundo Guyton (1999, p. 99), o Sistema Nervoso Central (SNC) capta as informações sensoriais oriundas do ambiente externo conduzindo-as ao encéfalo que, por sua vez, as transformam em sentimentos, pensamentos, emoções etc. Evidentemente, se essa transformação fosse instantânea e perceptível estariam resolvidos todos os problemas que têm origem na Filosofia da mente e na teoria do conhecimento e, de sorte, o principal deles: saber qual é a relação entre a mente e o cérebro. Um dualista de substâncias, contrariando a ciência do cérebro, afirmaria que é no encéfalo e na mente que se resumem os problemas que foram apresentados desde Platão. O simples ato de ter citado encéfalo e mente de forma dissociada demonstra o dualismo linguístico que, para a Neurociência, não se sustenta, pois no Sistema Nervoso Central estão presentes os quase 100 bilhões de Neurônios:

que regulam a respiração, a frequência cardíaca e a pressão arterial; outros controlam a fome, a sede, o apetite sexual e o ciclo do sono [...] as emoções, percepções e pensamentos [...] ele é responsável pela consciência da própria mente (PINTO, 2009, p. 06).

Segundo essa citação de Pinto, todos os estados chamados de subjetivos (*Qualias*) têm por base o cérebro, sendo, portanto, manifestações cerebrais. Quando se resume a mente ao cérebro, isso se faz em virtude das comunicações neuronais e toda a questão bioquímica presente no órgão “pensante”. Essa afirmação mencionada é autoevidente: uma pancada na cabeça pode comprometer a mente de uma pessoa, o que indica a existência de uma relação entre o orgânico e o mental (TEIXEIRA, 2000). Essa colocação sustenta a posição de que o conhecimento tem sua gênese no contato do organismo com o mundo (hipótese empírica). É esse contato com o mundo que excita os sentidos e toda essa comunicação neuronal, ocasionando o conhecimento. O que não difere, como um todo, da posição kantiana, pois é preciso o sujeito *a priori* (os neurônios, o cérebro, as faculdades etc.) para organizar as mensagens que se obtêm do ambiente (mensagens que sozinhas são desprovidas de

significados). Sem o cérebro, não há conhecimentos. O desenvolvimento desse órgão, no amadurecer da existência, afeta diretamente os comportamentos e as decisões intelectuais e emocionais (PINTO, 2009, p.226).

Esse reducionismo da mente ao físico é, também, objeto da Ciência Cognitiva⁷ que, na perspectiva da Inteligência Artificial, tem como objetivo modelar a mente humana na forma de um programa de computador.

A ciência cognitiva entendida como a ciência da simulação tem como ponto de partida a construção de sistemas computacionais que instanciem as condições de possibilidade de algum tipo de vida mental que se assemelhe àquela dos seres humanos (TEIXEIRA, 2004, p. 19).

Nessa abordagem, a crítica que se faz é a de que simular o conhecimento humano não é o mesmo que explicar o conhecimento humano, uma vez que modelos de vida mental não possuem consciência. Mas, acreditam os pesquisadores que, se a vida mental (*software*) se resume ao cérebro (*hardware*), basta simular o conhecimento humano para explicá-lo. Perceba que essa posição da Ciência Cognitiva coaduna com a percepção kantiana da indispensável necessidade do sujeito *a priori* (no *hardware*), de uma base. Segundo Teixeira (2004, p. 17),

[...] nos últimos anos, a ciência cognitiva recupera, cada vez mais, a robótica, à medida que cresce a percepção de que a simulação do comportamento inteligente exige a replicação de *mentes encarnadas*, isto é, inteligências dotadas de um corpo que atue em um ambiente real.

Simular, em tal sentido, consiste em reproduzir uma “invariante organizacional” de dado sistema, ou seja, uma propriedade determinante de um sistema. Porém, modelos de vida mental são impossibilitados de *Qualias*: “sensações ou estados mentais conscientes e estritamente subjetivos” (TEIXEIRA, 2004, p. 26). Os *Qualias*, a consciência e a intencionalidade são objeções à construção de simulações computacionais da atividade mental humana. Conforme pensa o dualismo de propriedades, “replicar as características físicas do ser humano seria condição necessária, mas não suficiente para replicar a vida mental” (TEIXEIRA, 2004, p. 32), pois a vida mental humana tem consciência. A Ciência Cognitiva, por meio da simulação da mente humana, precisa do *a priori* (*hardware*) como sustentáculo do conhecimento, mas esbarra nos *Qualias* e na consciência.

Sendo assim, o pensamento de Immanuel Kant afirma a experiência sem desprezar o

⁷ Fazem parte da Ciência Cognitiva as seguintes grandes áreas: as neurociências, a psicologia, a filosofia, a linguística, ciência da computação e a inteligência artificial.

sujeito, aliás, dando destaque ao sujeito na revolução copernicana promovida por este autor na teoria do conhecimento. Fato é que, sem o sujeito não há conhecimento, tampouco há conhecimento sem o objeto. Uma teoria que busque priorizar um em detrimento do outro torna evidente a impossibilidade de eliminar uma das fontes: o Racionalismo prioriza a razão e o Empirismo a experiência, mas priorizar não induz a exclusão de um pelo outro. A Ciência Cognitiva está nesse caminho, em busca de simular a correlação sujeito-objeto. É certo que o ser humano é um todo e tangível é essa relação entre mente, cérebro e meio ambiente na formulação dos conhecimentos ao longo da trajetória da humanidade na história. A Ciência Cognitiva, que deseja simular a inteligência humana, precisa simular o comportamento humano em seu meio primário do conhecimento: o mundo.

5. Conclusão

Com esse exposto, pretende-se ter alcançado o objetivo proposto. Demonstrou-se que os racionalistas priorizam a razão no ato de conhecer e que os empiristas priorizam a experiência. Para resolver esse impasse, Immanuel Kant afirma que o conhecimento parte da experiência, mas é preciso a ação do sujeito *a priori* para dar sentido à experiência, sustentando a primeira hipótese deste artigo.

Não obstante, como foi exposto na introdução, a teoria do conhecimento é um campo aberto às descobertas das ciências e, para justificar essa segunda hipótese, buscou-se estender o pensamento de Kant, na medida das limitações deste artigo, a alguns dados das reflexões da Neurociência e da Ciência cognitiva com o intuito de fazer comparações especulativas de associação entre as três reflexões imersas em contextos díspares, tendo como foco o pensamento apriorista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.

BACON, Francis. *Novo Órganon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova cultura, 2017.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

GUYON, Arthur C. *Fisiologia Humana*. São Paulo: ed. Guanabara, 1999.

HESSEN, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *O Conhecimento VL II*. São Paulo: Freitas Bastos, 1978.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano: coleção os pensadores*. São Paulo: Abril cultura, 1980.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova cultura, 2000.

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: ed. Nova Abril, 1999.

MONDIN, Batista. *Curso de Filosofia: os filósofos do Ocidente – vl. 02*. São Paulo: Paulinas, 1981.

PASCAL, Georges. *O pensamento de Kant*. Petrópolis: Vozes, 1990.

PINTO, Graziela Costa. *O livro do cérebro: desenvolvimento cerebral*, vl. 04. São Paulo: Duetto, 2009.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

REALE, Giovanni; Antiseri, Dario. *História da Filosofia VI*. São Paulo: ed. Paulus, 1990.

SELVAGGI, Filippo. *Filosofia do Mundo: Cosmologia filosófica*. São Paulo: Loyola, 1988.

SILVEIRA, Marcos Delson da. *Contribuição da Neurociência para a Teoria do Conhecimento*. Revista De Magistro de Filosofia, Ano VI, nº 11 – Anápolis – 2013. Disponível em: <<http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/2-CONTRIBUI%C3%87%C3%83O-DA-NEUROCI%C3%8ANCIA-PARA-A-TEORIA-DO-CONHECIMENTO.pdf>>, acessado em 21 de Jul. 2021.

TEIXEIRA, João de Fernandes. *Mente, Cérebro e Cognição*. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2000.

_____. *Filosofia e Ciência cognitiva*. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.